

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo completo apresentado em evento científico. 2009. 9 pp.

Título:

Crise financeira e economia solidária

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

A economia solidária é um fenômeno sócio-econômico derivado das condições históricas de desenvolvimento do capitalismo, especialmente em sua periferia, nas últimas décadas. A crise econômica iniciada com a crise dos mercados financeiros norte-americanos em 2007-2008 produzirá efeitos sobre a economia mundial nos próximos anos (ou décadas), alterando o contexto histórico que de origem e dinâmica à economia solidária. O artigo analisa a relação entre o contexto e o fenômeno e tenta prospectar os cenários possíveis diante dos efeitos previstos da crise.

Referência original:

CRUZ, Antonio. Crise financeira e economia solidária. In: XXVII Congresso ALAS, Buenos Aires, 2009. Buenos Aires: FCSO/UBA, 2009 (mídia digital).

CRISE FINANCEIRA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antônio Cruz¹
Universidade Católica de Pelotas (Brasil)
antoniocruz@uol.com.br

A economia solidária na América Latina em seu viés contemporâneo

Como em todo mundo, também na América Latina as formas associativas de empresa econômica foram anteriores à disseminação das formas sociais capitalistas. Experiências comunitárias e autogestionárias estiveram presentes em todo continente ao longo do período colonial: nas missões jesuíticas, nas comunidades de escravos fugidos, nas comunidades messiânicas fundadas aqui e acolá por líderes ‘hereges’...

Na transição do colonialismo ao neocolonialismo, na metade do século XIX, em paralelo à ampla disseminação das relações capitalistas, apareceram – aqui e acolá – formas híbridas de empreendimentos econômicos em que relações sociais de produção não-capitalistas (‘solidárias’) se combinavam a mercados concorrenciais: comunidades agrícolas ‘integrais’, armazéns cooperativos, caixas de crédito; iniciativas diversas registradas pelos historiadores do cooperativismo (PINHO, 2004; CALLETTI, 1988 e outros).

O desenvolvimento do chamado ‘movimento cooperativo’, daí até o último quartel do século XX, caminhou *pari passu* com o desenvolvimento do movimento sócio-político dos trabalhadores, em que as orientações reformistas de caráter socialista ou católico rivalizavam com orientações revolucionárias comunistas ou libertárias, que dividam entre si, em momentos e lugares distintos da AL, o protagonismo do empreendedorismo associativo (idem).

Este processo histórico, fosse com uma ou com outra vertente, era produto de uma resposta organizada dos setores populares (trabalhadores, camponeses, pequenos comerciantes), às condições subordinadas de sobrevivência econômica sob o pacto neocolonial.

Diferentemente, a emergência recente da chamada ‘economia solidária’ (ES), nas últimas décadas do século XX, guarda características específicas. A maioria dos empreendimentos *não* surge como uma alternativa ao assalariamento e à pobreza daí resultante (como na Europa do século XIX), mas como uma resposta à relativa decomposição dessa forma específica de relação social. Isto é: mais que uma resposta ao regime assalariado ou à concentração da terra ou do capital, a ES aparece como uma resposta ao desemprego e à precarização do trabalho; mais que responder às dificuldades econômicas dos trabalhadores, dos camponeses ou dos pequenos comerciantes, ela emerge como uma resposta dos sem-terra, dos sem-capital, dos sem-trabalho, dos sem-teto: dos setores socialmente excluídos ou em risco de exclusão.

Esta situação foi o resultado de um duplo e contraditório movimento: da implementação das políticas econômicas neoliberais da década de 1990 e do crescimento da organização e da ação política dos setores populares ocorrida especialmente nos ‘80.

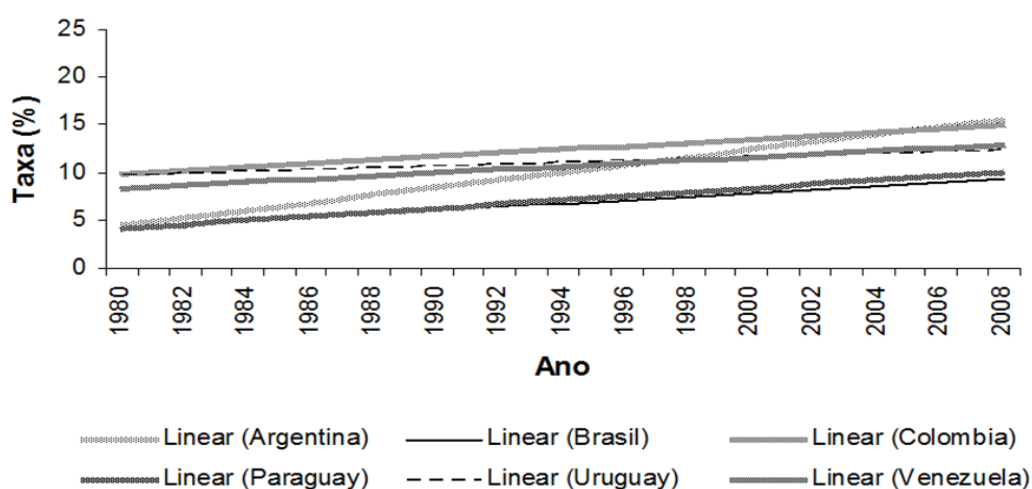
¹ Doutor em economia aplicada (Unicamp/Brasil), professor-pesquisador do mestrado de política social da Universidade Católica de Pelotas (Brasil), coordenador nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs, Brasil).

As reformas neoliberais, levadas a cabo por uma conjunção de governos neoliberais (Salinas/México, Fujimori/Peru, Menem/Argentina, Cardoso/Brasil, Batlle/Uruguai etc.) aprofundaram os desequilíbrios sociais históricos da região. O equilíbrio fiscal dos Estados e a retomada do crescimento econômico no começo dos '90 foram obtidos através das reformas oportunizadas pelo Plano Brady²: renegociação das dívidas externas, tendo como condicionantes a privatização do setor público, a redução do papel do Estado na economia e nas políticas sociais e o estabelecimento de metas de inflação (controladas a partir da taxa básica de juros e da taxa de câmbio, especialmente).

A partir da crise mexicana de 1994-95 tal arranjo foi crescentemente questionado, ainda que continuasse amplamente hegemônico entre os gestores públicos e privados da economia e os formadores de opinião da mídia.

Mas à medida que as diferentes versões do modelo entraram em colapso (Brasil/1999, Argentina/2001, Uruguai/2002 etc.), seus efeitos se tornaram visíveis: crescimento da dívida pública, aumento do desemprego e da precariedade laboral, diminuição da capacidade de negociação dos sindicatos, aumento do *gap* social da renda e da riqueza, recrudescimento das diversas formas de violência...

Linhas de regressão: evolução anual das taxas de desemprego (1980-2008) em países escolhidos da AL



Dados: CEPAL (CEPALSTAT-BADEINSO) – www.eclac.cl/estadisticas/bases. Acesso em 05/06/2009.

As reformas do Plano Brady/Consenso de Washington tentaram responder, com um viés nitidamente conservador, à enorme pressão popular dos anos 80, que havia derrubado os

² Em linhas gerais, o Plano Brady (Nicholas Brady era então o secretário do tesouro dos EUA) propunha uma renegociação das dívidas externas combinando-a à estabilização monetária através de políticas de âncora cambial. As reservas monetárias seriam garantidas pelo alongamento do perfil da dívida e por resultados comerciais favoráveis; este seria obtido graças à dinamização dessas economias através de reformas liberalizantes, redução da intervenção do Estado e um sistema de metas de inflação baseados no equilíbrio fiscal dos Estados (CEPAL, 1990).

governos militares do continente e que exigia reformas sociais que reduzissem as desigualdades sociais. Esses movimentos, liderados por diferentes matrizes discursivas – da esquerda marxista e da teologia da libertação às formas diversas de resistência local e autóctone etc. –, tinham em comum um apelo à radicalização da democracia, ou seja: à “organização a partir de baixo”, ao assembleísmo, à autogestão, à democracia direta, à transparência, a pautas emancipatórias (CRUZ, 2000).

As reformas neoliberais – no centro e na periferia –, entretanto, produziram seus efeitos. Quando os ‘novos movimentos sociais’ entraram em crise, no começo dos ‘90, estilhaçados pela fragmentação do mundo do trabalho e pela crise dos modelos de esquerda, uma fração dos trabalhadores – educados na cultura da participação direta e premiados por condições de vida cada vez mais duras –, procurou alternativas de sobrevivência no exercício autogestionário de iniciativas econômicas associativas. Assim, nasceram cooperativas populares, associações e grupos informais da agricultura familiar, empresas recuperadas, clubes de trocas, bancos comunitários e de microcrédito, redes solidárias de comercialização, cooperativas de construção de moradia por ajuda mútua, articulações internacionais como o comércio justo e o consumo consciente, e muitas outras expressões desta nova economia, movida pela necessidade de sobrevivência, de um lado, e pelos valores solidários/participativos, de outro. Foi assim que renasceu, com força, a ES na América Latina (RAZETO: 1997; CORAGGIO, 1998; SINGER, 2002; CRUZ, 2006).

Não há dados sistemáticos comparáveis sobre a ES nos diversos países da região³. Mas os ‘efeitos colaterais’ do fenômeno tornam notório o seu crescimento: programas governamentais de apoio à ES, aumento do número de pesquisas e iniciativas acadêmicas relacionadas à questão, ou do aumento do esforço e recursos dirigidos por instituições públicas e privadas para fomentar e consolidar experiências desse tipo.

Crise financeira, capital fictício e economia real

A crise imobiliária norte-americana foi sucedida pela quebra de número significativo de importantes instituições financeiras, bancárias e não-bancárias, alcançando rapidamente as bolsas de valores e o sistema financeiro dos países centrais, e a seguir alastrou-se aos setores produtivos de bens e serviços destas economias.

O processo de financeirização da riqueza, iniciado ainda nos anos 70, é bastante conhecido: um processo de valorização crescente do capital ‘por fora’ da esfera da produção, através de mecanismos de transferência líquida de renda e riqueza, apoiada na valorização de títulos privados e públicos. No primeiro caso, ações de empresas e derivativos, especialmente, mas também papéis de mercados futuros, vinculados à produção primária. No segundo caso, títulos de dívida pública e arbitragem cambial. Processo este facilitado pela liberalização dos mercados financeiros, que permitiram a redução da intermediação bancária em favor da participação direta de outros agentes econômicos (fundos de pensão, fundos de investimento, grandes oligopólios industriais...), em mercados financeiros cada vez mais ‘inovadores’ e desregulamentados (CHESNAIS, 1998).

³ Eis uma tarefa importante que precisa começar a ser cumprida. No Brasil, um levantamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária, realizado em parceria com universidade, identificou quase 22 mil empreendimentos de ES (dos quais apenas 25% eram cooperativas), envolvendo cerca 1,8 milhão de pessoas. Ver <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acessado em 4/6/2009.

Havia – e segue havendo – um enorme debate sobre a relação entre a esfera financeira do capital e a economia ‘real’ (dos valores produzidos na forma de bens e serviços). De nossa parte, temos convicção de que, na hipótese de uma valorização do capital estritamente na esfera financeira, pretensamente ‘autônoma’ ao mercado de bens e serviços, isto tenderia a gerar graves desequilíbrios monetários, especialmente no caso dos volumes alcançados por esse processo nas últimas décadas.

Entretanto, a concentração global do capital, da riqueza e da renda e os efeitos imediatos da crise financeira sobre a economia real, são indicativos de que havia (há) uma estreita vinculação entre a valorização do capital na esfera financeira, de um lado, e a transferência de renda e de riqueza dos setores mais pobres em favor dos mais ricos, na forma de mais-valias diretas e indiretas, de outro lado.

Uma explicação consistente da crise é de que a sobrevalorização dos títulos negociados no mercado global não correspondia aos crescentes desequilíbrios entre a oferta e a demanda efetivas de bens e serviços do mercado global, desencadeando uma típica crise de superprodução, agravada por uma crise de supervalorização dos papéis, num processo típico de hipertrofia do capital fictício, prevista por Marx e desenvolvida teoricamente por autores contemporâneos especialmente aqueles vinculados à Escola da Regulação (Aglietta, Lipietz, Chesnais...).

Sob esta perspectiva, à medida que os créditos concedidos no período anterior, e que a rentabilidade das ações das empresas da economia real começaram a se chocar com os resultados negativos gerados pelo *gap* crescente entre ganhos de produtividade e crescimento do consumo real, toda a estrutura de valorização fictícia do capital ruiu rapidamente. O que se segue, neste momento, é o conhecido processo que leva à depressão: a ‘evaporação’ de capital fictício (queda tendencial – disfarçada pelos “altos e baixos” quotidianos das bolsas – do valor dos títulos), redução brusca dos investimentos produtivos, ajustamento acelerado dos orçamentos das empresas através do enxugamento de postos de trabalho, lenta (mas sustentada) queda dos níveis de consumo e, *last but not least*, ameaça crescente de crise fiscal dos Estados.

Finalmente, um resultado já visível é uma nova rodada de concentração do capital, ampliando os domínios dos oligopólios mundiais, com um novo patamar de concorrência oligopolística, que deverá gerar, por sua vez, novos patamares na composição orgânica média do capital, ampliando a participação do capital fixo na sua relação com o capital variável. Em outras palavras: reduzindo a participação dos salários nos investimentos e, por conseguinte, na distribuição da riqueza. Socialmente falando, portanto: gerando mais exclusão social.

Como este processo afetará aos países periféricos?

Certamente, os efeitos da crise não serão sentidos como uma ‘queda de tão alto’ na periferia quanto no centro do capitalismo. Boa parte da condição de vida dos setores populares dos países centrais foi financiada pela transferência de renda e riqueza derivada da condição de subordinação das economias periféricas e uma contração da economia global significará uma contração dessa capacidade de extração de mais-valia deslocalizada, por parte do grande capital oligopolístico. O que evapora, definitivamente, para a periferia do sistema, é a expectativa de que seus territórios possam aspirar ao ‘desenvolvimento econômico’ num futuro visível.

Crise econômica e economia solidária: cenários

Por mais pessimista que esta análise possa parecer, ela tem muita lógica, especialmente se comparada às manchetes atuais dos jornais e aos números atuais da economia global. Se ela se confirmar, as condições econômicas desfavoráveis dos anos 90 deverão reaparecer de forma mais grave, ainda. E, se elas foram um dos vetores fundamentais da re-emergência da ES na AL, o que se pode esperar na próxima década? Evidentemente, um exercício desta natureza, de tentativa de previsão de cenários, não é possível sem incorrer em muitos riscos do ponto de vista da consistência da análise.

Primeiro cenário: crise passageira e estagnação ou retrocesso da economia solidária

Caso a análise até aqui desenvolvida se mostre equivocada, um primeiro cenário possível será aquele em que as novas configurações do capitalismo contemporâneo permitirão uma rápida saída da crise, com a retomada dos investimentos e a reversão do aumento do desemprego. Isto significaria que a crise atual é apenas uma recessão de curto ou médio prazo, que será superada pela retomada dos mecanismos de mercado instituídos sob a hegemonia liberal.

Uma outra hipótese, estruturante ainda desse cenário, seria a possibilidade, tão improvável quanto a anterior, da construção de um novo acordo fordista-keynesiano, de escala global (ou ao menos internacional), capaz de restabelecer processos de regulação e controle social do mercado, uniformemente pactuados. Neste caso, o vetor 're-configuração do trabalho', do processo de emergência da ES, poderia regredir, absorvido por uma nova (e muito improvável) expansão sustentada do emprego formal...

Segundo cenário: crise passageira, recuperação passageira e novas crises (ou o 'princípio da montanha russa').

A formidável 'evaporação' de capital fictício desses últimos meses poderia ser substituída por uma nova e fictícia escalada da valorização especulativa (abstrata) do capital, utilizando-se das estruturas de mercado já estabelecidas, alterando apenas o patamar e a magnitude do processo, maiores a cada fase subsequente. Tal possibilidade foi prevista por Kurz (1992), na idéia de um processo progressivo de encurtamento dos ciclos, com crises cada vez mais profundas, em direção a um curto circuito completo.

O efeito de uma conjuntura tão instável sobre a ES é imprevisível, e dependerá da capacidade de acumulação de capital social pelos empreendimentos e pelo movimento social que dele poderá derivar.

Terceiro cenário: crise profunda, com estagnação ou retrocesso da economia solidária

Uma crise profunda do capitalismo não significa, automaticamente, um crescimento da ES. Segundo a tese aqui apresentada, a re-emergência da ES tem dois fatores históricos básicos: a re-configuração pós-fordista do mundo do trabalho e a acumulação de capital social por parte dos sujeitos coletivos populares.

É notória, porém, uma nova re-configuração dos movimentos sociais: o movimento sindical recuou em sua capacidade de representação e de mobilização; as organizações da esquerda tradicional ou mesmo a nova esquerda cristã viram diminuir sua inserção social; novos

movimentos – das chamadas ‘minorias’, do ambientalismo, da anti-globalização e outros – assumiram novos e importantes papéis. Resta saber (i) em que medida esses novos movimentos sociais se vinculam à ES; (ii) se os valores que os informam relacionam-se aos valores da ES ou ainda (iii) se o próprio movimento da ES é capaz de difundir-se, gerando sua auto-expansão através de um processo mimético que gere novos empreendimentos.

É possível que tal vinculação não se complete e que a ES não avance para além de um modo de produção apenas alternativo.

Quarto cenário: crise profunda, com crescimento da economia solidária seguida por sua degeneração

Seguindo essa lógica, também é possível que uma reprodução simplificada (mecânica) dos empreendimentos gere deformações burocráticas nas iniciativas já consolidadas ou que novas tentativas repliquem erros grosseiros, originados da ausência dos valores participativos originais. Basta que a mimese multiplicadora se faça apenas em função de êxitos econômicos, desvinculadas de um projeto alternativo de sociedade.

Quinto cenário: crise recorrente do capitalismo e expansão sustentada da economia solidária

A hipótese analítica prevalecente sobre a crise, para nós, é que ela será longa, profunda e grave. Não se trata apenas de uma recessão econômica, absorvível por uma retomada da acumulação de capital através de processos sucessivos de concentração. O atual estágio do capitalismo tardio demonstra um descompasso crônico entre a oferta e a demanda efetiva de bens e serviços, de um lado, e entre a taxa média de lucro praticada na economia real e a supervalorização dos títulos e papéis praticada na esfera financeira, de outro.

A isto se somam todas as pressões e contradições decorrentes do modelo tecnológico atual e suas repercussões sobre o meio ambiente.

Não se trata apenas, portanto, de uma recessão econômica, mas de um abalo profundo na raiz da hegemonia liberal: a nacionalização dos bancos e as operações de salvamento de grandes oligopólios, realizados com recursos públicos, ferem ‘no coração’ a crença de que o mercado é auto-regulado.

Os ‘novíssimos movimentos sociais’ (ambientalismo, autonomismo dos povos originários, formas diversas de localismo comunitário ou de luta anti-globalização, cultura livre e cultura da periferia, expressões multiculturais etc.) têm amplificado os valores autogestionários herdados do período anterior das lutas sociais. A principal testemunha desse processo tem sido o Fórum Social Mundial. Além disso, os próprios sujeitos da ES – os trabalhadores associados – ensaiam a sua organização como movimento social.

Observações finais – modos de produção e formação social sob o capitalismo tardio

Analisando a trajetória recente do capitalismo, mas bem antes da crise atual, Chesnais (1998) adiantava ‘a hipótese de uma situação, que seria sem precedentes na história do capitalismo, de contração tendencial do sistema. Esta interpretação se apóia na redução contínua do investimento e da poupança nos países da OCDE’, entre 1975 e a data da redação do artigo. Esta hipótese, hoje, permanece válida.

Os setores populares, presos entre as contradições do modo de produção dominante, estão obrigados a encontrar as fissuras de um modelo que os empurra para a exclusão. É assim que os empreendimentos de ES continuam surgindo e resistindo, engendrando relações sociais de produção não-capitalistas, embora subordinados à lógica da produção de mercadorias do mercado.

É verdade que as condições de sobrevivência dos empreendimentos solidários também se deterioraram com a crise. Mas suas vantagens comparativas lhes permitem sobreviver de forma mais longa que as pequenas empresas capitalistas, com as quais concorrem (ver CRUZ, 2006).

Este processo não é novo na história. Marx já havia chamado a atenção sobre como diferentes modos de produção conviveram em diferentes momentos da história. Dobb e Anderson mostraram como o escravismo das colônias americanas e como as companhias de comércio, organizadas sob o regime de assalariamento, estavam subordinados à lógica de expansão bélica territorial dos estados feudal-absolutistas do período da Renascença; e como o empoderamento econômico da burguesia foi a base fundamental de sua capacidade para universalizar seus valores e sua visão de mundo para, finalmente, desenvolver um projeto utópico de sociedade que só se concretizaria após as revoluções liberais.

A idéia de Marx de que a superação do capitalismo constituiria uma ‘exceção histórica’, em que a classe subordinada ascenderia ao poder político antes de constituir uma base economicamente autônoma, parece hoje, após o fracasso do socialismo estatista-burocrático, uma contradição em seus termos, uma ‘idéia marxiana não-marxista’.

Ao contrário, a trajetória atual da crise financeira parece reafirmar o acerto das teses centrais do revolucionário alemão: o capitalismo engendra, ele próprio, as condições históricas da sua superação.

Referências

CALETTI, Alberto Mario (1988). El cooperativismo urbano. In: HENGSTENBERG, Peter; CRACOGNA, Dante et al. *La economía social en la Argentina y el mundo*. Buenos Aires: Intercoop.

CHESNAIS, François (1998). Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, François et al. *A mundialização financeira – gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã.

CORAGGIO, José Luis (1998). El trabajo desde la perspectiva de la economía popular. In: *Economía popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local*. Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS.

CRUZ, Antônio (2000). *A janela estilhaçada – a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes.

_____ (2006). *A diferença da igualdade – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em economia aplicada. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.

RAZETO Luis (1997). *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas.

SINGER, Paul (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza Santos et al. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Civilização Brasileira.